

GOVERNANÇA COLABORATIVA EM REDE: FATOR CHAVE NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR EM LÁBREA-AM

COLLABORATIVE NETWORK GOVERNANCE: A KEY FACTOR IN IMPLEMENTING PUBLIC POLICIES FOR FAMILY FARMING IN LÁBREA-AM

Francisco da Silva Oliveira¹
Oziel do Nascimento Rodrigues²
Alef Melo Duarte³
Tatiana Lo Presti Mendonça⁴

RESUMO: O presente artigo científico tem como objetivo central compreender a relação entre o poder público, instituições de assistência técnica e agricultores familiares de Lábrea, com o intuito de propor uma visão mais abrangente sobre a governança colaborativa em rede. Esta abordagem teórica busca demonstrar que a governança colaborativa é um caminho viável e necessário para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Justifica-se essa pesquisa pela necessidade de analisar os impactos da governança colaborativa em rede na colaboração, produção e sustentabilidade dos agricultores familiares. Compreender como a governança afeta a vida desses produtores é fundamental para garantir sua participação plena na sociedade moderna e para promover o desenvolvimento local sustentável, além disso, esta pesquisa visa contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e para o fortalecimento da agricultura familiar em Lábrea-AM, promovendo assim o desenvolvimento rural sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.

829

Palavras-chave: Governança. Colaborativa. Agricultura.

ABSTRACT: This scientific article aims to understand the relationship between the public power, technical assistance institutions, and family farmers in Lábrea, with the purpose of proposing a more comprehensive vision on collaborative governance in network. This theoretical approach seeks to demonstrate that collaborative governance is a viable and necessary path for the sustainable development of family farming. This research is justified by the need to analyze the impacts of collaborative governance in network on the collaboration, production, and sustainability of family farmers. Understanding how governance affects the lives of these producers is fundamental to ensure their full participation in modern society and to promote local sustainable development. Furthermore, this research aims to contribute to the formulation of more effective public policies and to the strengthening of family farming in Lábrea-AM, promoting sustainable rural development and improving the quality of life of family farmers.

Keywords: Governance. Collaborative. Agriculture.

¹Acadêmico de Bacharel em Administração, Centro de Estudos Superiores de Labrea/UEA.

²Acadêmico de Bacharel em Administração, Centro de Estudos Superiores de Labrea/UEA.

³Acadêmico de Bacharel em Administração, Centro de Estudos Superiores de Labrea/UEA.

⁴Mestrado Profissional em Ciência e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Pará, Brasil(2017) Professora Assistente da Universidade do Estado do Amazonas , Brasil.

INTRODUÇÃO

Em conformidade com a lei nº 11.326/2006 que estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, em seu artigo quarto, onde trada dos princípios, ressalta a participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. O presente artigo segue discutindo como tal informação não é totalmente disseminada a todos os agricultores, seja por falta de divulgação ou pelas dificuldades logística, e apontando possíveis soluções de como essa problemática pode ter um caminho viável e eficaz a ser seguido.

O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM), no ano de 2020 revelou que a grande maioria dos produtores rurais amazonenses, cerca de 97%, se enquadra no perfil de agricultor familiar. Essa autarquia governamental desempenha um papel crucial na assistência técnica e na extensão agropecuária e florestal do estado, dado tal importância da autarquia para os agricultores familiares, e com a constante busca por aperfeiçoamento de uma governança eficaz para atender às suas necessidades e garantir o sucesso das políticas públicas. Considerando as tecnologias atuais, a governança colaborativa em rede surge como uma solução promissora para o progresso a eficácia as políticas públicas.

830

A governança pública colaborativa é a gestão pública em rede. Esse tipo de gestão acontece por meio de parcerias pluri e multi institucionais, bi ou multilaterais. Isto inclui parcerias público-público (entre entidades governamentais), público-privado (entre entidades governamentais e empresas e/ou organizações da sociedade civil-OSC) e privado-privado (entre empresas e/ou OSC para o trato de problemas públicos, ESG etc.) Guia de Governança Colaborativa da Fundação Dom Cabral (n.d.).

A agricultura familiar de Lábrea, enfrenta por vezes obstáculos como acesso limitado a recursos, baixa produtividade e dificuldades logísticas para a comercialização dos produtos, nesse sentido a governança colaborativa em rede enquanto estratégia de desenvolvimento para as instituições públicas. Tendo em vista uma maior a necessidade das instituições públicas superarem suas barreiras internas, colaborando com diversos atores para alcançar um objetivo público comum, em consonância com esse raciocínio o conceito de rede de governança vem tona, segundo Weber, Khademian, (2008, p. 334), Uma alternativa às limitações de sistemas administrativos hierárquicos e fragmentados no desenvolvimento e

entrega de políticas públicas, como um meio mais democrático de desenvolvimento de políticas públicas.

Nesse sentido, é fundamental para uma compreensão mais profunda do desenvolvimento local, identificando das dimensões de aprimoramento desses processos, com base na governança colaborativa buscando a importância de entender como as diferentes dimensões do desenvolvimento local se inter-relacionam com a governança colaborativa com ela podendo ser um fator-chave para o sucesso das políticas públicas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A governança colaborativa surge como alternativa promissora para modernizar a administração pública e otimizar a gestão de recursos locais. No entanto, a estrutura organizacional da Administração Pública, calcada no modelo hierárquico weberiano, com sua ênfase na divisão racional do trabalho, normas rígidas e autoridade centralizada, tende a simplificar a complexidade inerente à realidade. Embora eficiente em ambientes estáveis e previsíveis, como aponta Rodrigues (2009, p. 34), esse modelo tradicional pode se mostrar limitado diante dos desafios contemporâneos.

O modelo hierárquico, com sua organização formal e coordenação verticalizada, oferece segurança jurídica, principalmente devido ao primado da lei nas decisões de políticas públicas. No entanto, por ser um modelo com mais rigidez pode excluir outras formas organizacionais, o tornando mais restrito para atender às complexas demandas da Administração Pública, tornando as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar mais burocráticas e com baixa adesão dos agricultores, dessa forma, a governança democrática surge como um caminho viável ao possível esgotamento da hierarquia como princípio ordenador das sociedades.

A agricultura familiar é o alicerce para o início de todas as sociedades, a agricultura familiar é um conceito que abrange uma ampla gama de sistemas de produção agrícola, desde a agricultura de subsistência até a agricultura comercial, e que é caracterizado pela importância da família na gestão e no trabalho (OECD, 2018) tendo em vista tal importância para a sociedade, e sabendo que o Agro representou 22% do PIB brasileiro em 2024, e que todo grande produtor já teve seu início pequeno, é papel estatal criar políticas públicas para subsidiar a agricultura familiar, segundo (Mastrodi, Ifanger, 2020):

A expressão “políticas públicas” tem sido usada, em profusão, para se referir a um certo tipo de ação estatal eficaz para promover e garantir quaisquer direitos e, no limite, um remédio capaz de resolver todas (ou quase todas) as demandas da sociedade.

Todavia, a má gestão dos subsídios estatais, sem considerar as necessidades regionais e a participação de todos os atores envolvidos, compromete a eficácia da administração pública moderna. O desafio atual reside em conciliar a legitimidade da tomada de decisão com a inclusão de diversos atores, garantindo o atendimento do interesse público em meio à heterogeneidade. Este desafio exige coordenação vertical, horizontal e participativa, mas o avanço tecnológico e a conectividade deveriam minimizar os desafios. No entanto, as disparidades entre os atores geram diferentes níveis de desenvolvimento, criando um descompasso entre teoria e prática. O modelo da Nova Gestão Pública utiliza estratégias de coprodução para otimizar a eficiência dos serviços públicos, especialmente em termos de custo-benefício, alinhado ao ciclo da inovação pública (Squio & Hoffmann, 2021), que compreende quatro etapas: geração de ideias, seleção de ideias, implementação e difusão de novas práticas. Em conformidades com isso Sørensen & Torfing (2015, pp.152-153), adicionou uma nova visão essencial no processo de inovação:

As fases do processo de inovação, são, primeiro, a formulação do problema em Agenda, segundo, a formulação de soluções possíveis, terceiro, a seleção e testagem de soluções para a tomada de decisão, quarto, a implementação de soluções inovadoras e, por último, quinto, a difusão de inovações bem sucedidas.

832

Além disso, a criação de valor público é potencializada pela relação Estado-sociedade civil, que abre novos espaços para a participação proativa dos cidadãos como coprodutores de serviços públicos. Nesse contexto, os cidadãos assumem um novo papel no setor público, tornando-se agentes ativos na gestão e no desenvolvimento de políticas públicas.

Segundo Crosby et al. (2017), a gestão da inovação pública colaborativa exige uma abordagem de liderança integrativa, que contemple todos os estilos de liderança. Isso significa que, em vez de uma liderança transacional, que se concentra em objetivos específicos, é necessário um líder que possa integrar diferentes perspectivas e estilos de liderança, criando um ambiente colaborativo e inovador, é necessário um líder 'especial', que possa articular e integrar as diferentes partes interessadas. Consequentemente, o exercício da liderança pública é determinante para processos colaborativos, pois permite a criação de um ambiente de confiança, cooperação e inovação, que é essencial para a criação de valor público.

2.1 GOVERNANÇA COLABORATIVA: UM ENFOQUE INOVADOR PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo o Guia de Governança Colaborativa da Fundação Dom Cabral a governança pública colaborativa busca gerar valor público, satisfazendo as expectativas e os interesses dos beneficiários das políticas públicas, alinhados com valores sociais, promovendo confiança e fortalecendo a sociedade, nesta perspectiva a governança colaborativa são arranjos institucionais que visa a melhor aplicação ou o melhor método de governar em determinadas situações, a definição proposta possui dois sentidos: um subjetivo, que identifica os sujeitos e atores envolvidos na colaboração; e um objetivo, que se refere à resolução conjunta de problemas de governança e à produção de valor público, já Junior (2020, p.203) descreve o envolvimento das normas formais e informais, como facilitadoras podendo proporcionar melhores resultados na governança:

Tanto as normas formais (constituição, leis e regulamentos) quanto às informais (códigos de boas práticas, códigos de ética e costumes) são relevantes para seu desenvolvimento; admissão de que as redes de cooperação, bem como as estruturas hierárquicas, podem ser facilitadoras, nas circunstâncias apropriadas, da boa governança; e compreensão de que não somente os resultados, mas também os procedimentos de interação social, podem ter valor para a governança por si sós (transparência, inclusão e integridade).

A Governança Colaborativa integra todos os processos e arranjos governativos, formais e informais, na gestão e tomada de decisão de políticas públicas. Envolve agentes públicos, privados e do terceiro setor, alcançando propósitos públicos inatingíveis individualmente atualmente, os problemas de políticas públicas extrapolam os setores tradicionais (saúde, educação, segurança, infraestrutura etc.), exigindo a participação de outros agentes.

833

METODOLOGIA

O presente artigo científico traz uma análise interdisciplinar da governança colaborativa em rede, com abordagem descritivo-normativa e exploratória. Parte-se da premissa de propor um melhor entendimento no modo de pensar dos governantes sobre a governança colaborativa em rede. Adotando como principal fundamento o conceito de pesquisa de forma qualitativa dado por Minayo (2001, p.14):

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Este estudo usufruiu a documentação existente como fonte de dados primária para compreender o comportamento e os fenômenos observados, alinhando-se ao conceito abordado. Com o objetivo de realizar este estudo, foi necessário adquirir conhecimento específico sobre pesquisa descritiva, que se caracteriza por buscar descrever e analisar fenômenos e comportamentos sem manipular variáveis, a pesquisa descritiva pode ter diferentes objetivos, incluindo a descoberta de associações entre variáveis ou, em sua forma mais simples, a realização de estudos exploratórios. Neste sentido, este estudo buscou utilizar a documentação existente para descrever e analisar o comportamento e os fenômenos observados, contribuindo para uma melhor compreensão do tema abordado.

A pesquisa se baseou em análises bibliográficas de artigos e livros científicos, além disso, é importante destacar que esses procedimentos também podem ser caracterizados como pesquisa documental, mesmo que de forma complementar. Isso ocorre porque uma das principais características da pesquisa documental é a utilização de documentos como fonte de coleta de dados, sejam eles escritos ou não, que são considerados como fonte primária Marconi, Lakatos, (2019). Para embasar a pesquisa e responder à problemática proposta, este estudo utiliza como referencial teórico os trabalhos de diversos autores, esses trabalhos foram selecionados por sua relevância e contribuição para a compreensão da problemática em questão, e serão utilizados como base para a análise e discussão dos resultados. Com essa abordagem metodológica, espera-se obter informações detalhadas e precisas sobre os desafios e as potencialidades da governança colaborativa em rede na implementação de políticas públicas voltadas para agricultura familiar em Lábrea, contribuindo para um melhor entendimento das práticas de cooperação, em consonância, espera-se que a governança colaborativa possa ser um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento e da coesão social, uma vez que permite a articulação de esforços e recursos entre os diferentes atores locais, isso pode ajudar a identificar áreas de melhoria e a desenvolver estratégias para a otimização da gestão pública local, tornando-a mais eficiente e eficaz às necessidades da população.

Um dos modelos utilizados na implementação de políticas públicas é a abordagem tradicional, que envolve a identificação do problema, a definição de objetivos, a escolha do modo de intervenção e a avaliação dos resultados. Embora essa abordagem possa ser eficiente, em muitos casos pode ser maximizado usando as fases do processo de inovação que segundo Sørensen, Torfing (2015, pp.152-153):

As fases do processo de inovação, são, primeiro, a formulação do problema em Agenda, segundo a formulação de soluções possíveis, terceiro, a seleção e testagem de soluções para a tomada de decisão, quarto, a implementação de soluções inovadoras e, por último, quinto, a difusão de inovações bem sucedidas.

Ao integrar essas fases do processo de inovação, é possível desenvolver políticas públicas mais eficazes, inovadoras e adaptadas às necessidades específicas da sociedade.

Diante disso, o presente artigo científico buscou-se unir análises, possibilitando adquirir maior amplitude de conhecimento acerca do tema abordado, as principais dificuldades e algumas possíveis soluções para que a agricultura familiar de Lábrea prospere.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O município de Lábrea está localizado a 701,82 km em linha reta da capital Manaus sendo o final da BR230, Lábrea, no Amazonas, possui o 13º maior PIB do estado, segundo dados do IBGE. Em 2021, o número superou os 600 milhões, onde a maior parte desse valor é proveniente do setor primário, em que a agricultura tem uma pequena parcela e a agropecuária protagoniza o ranking. O município sofreu uma grande migração de nordestinos no tempo áureo da borracha, que vieram e povoaram todo o município, porém o tempo áureo da borracha passou e sugiram novas demandas e muito dos seringueiros se tornaram agricultores familiares onde usavam um modo de plantio muito tradicional que se produzia pouco e tinham que desmatar grandes áreas para aumentar a produção, com essa demanda o governo começou a criar políticas públicas para esta área. O mercado de agricultura em Lábrea tem um grande potencial de crescimento, com dimensões territoriais gigantescas, o município está entre os que mais produz alimentos da agricultura familiar. Dados do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – (IDAM), indicam que o município de Lábrea está entre os principais produtores de grãos do Sul do Amazonas. Só em 2019, foram 987 toneladas de milho, contabilizando as vendas para cooperativas e empacotadoras, sem envolver o consumo da comunidade local. Essa produção significativa é resultante do plantio em área de várzea, grande parte, de localidades remotas, marcadas por secas críticas dos rios, dificultando o escoamento dos produtos, haja vista, que o único meio logístico é o fluvial e com a estiagem se torna impossível o transporte, diminuindo a produção de grãos como feijão de praia, milho e demais produtos, com isso acarreta o desperdício de produtos que poderiam ser escoados e vendidos, se houvesse um planejamento logístico estratégico de escoamento, uma governança colaborativa que ouvisse

todos os atores da escala produtiva e assim fosse formado um fórum para discutir a logística de produção e a melhor aplicação de políticas públicas eficientes para cada região, alinhado ao ciclo da inovação pública, seria, teoricamente a melhor maneira para solucionar tal problemática e construir uma rede sólida de ação.

Vale destacar, que a agricultura em Lábrea ainda é feita no modo tradicional, com pouca ou nenhuma mecanização. Os produtores por diversas vezes não conseguem o acesso a políticas de incentivo à sua produção, mesmo elas existindo, por algum motivo elas não chegam até o interessado final, que é o produtor.

Todavia se com pouca infraestrutura, a produção de Lábrea é uma das maiores do estado, então, com uma gestão de políticas públicas bem estruturada, para que os incentivos e melhorias cheguem até o agricultor, para que ele tenha mecanismos para alavancar sua produção, certamente Lábrea se tornaria um modelo de produção agrícola.

O Amazonas possui diversos programas de incentivo à produção agrícola, entre eles o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – (PRONAF) e a Agência de Fomento do Estado do Amazonas – (AFEAM), que oferecem crédito com juros menores para trabalhadores do setor primário. Esses programas existem e com eles, diversas políticas de incentivo, que bem gerenciados, podem chegar ao pequeno agricultor e, assim, fazer de Lábrea uma potência industrial.

836

Lábrea conta com auxílio do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM), que é uma autarquia do estado, que tem como missão, promover o desenvolvimento agropecuário e florestal sustentável, com foco na extensão rural, o Instituto oferece auxílio técnico, como manuseio e práticas de diferentes culturas, além de auxiliar na entrega de algumas políticas públicas.

Além do IDAM, a Secretaria Municipal de Produção (SEMPA), tem o papel de oferecer mecanismos e assistência ao agricultor, com máquinas para beneficiamento e reaproveitamento de terra, através do arado, uma prática sustentável que visa reaproveitar a terra já cultivada, preparando-a resgatando nutrientes necessários para que receba novas sementes e produza sem ser preciso desmatar, essa prática é eficaz na produção sustentável. De forma direta, são essas as instituições atuantes no município de Lábrea, o que nos leva a concluir que mesmo com muito esforço, ainda assim são insuficientes os incentivos.

A ausência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – (INCRA) no município de Lábrea também é um grande gargalo, haja vista, que é responsabilidade do

instituto, realizar a reforma agrária, administrar as terras da união e manter o cadastro de imóveis rurais.

Para ter acesso a políticas públicas é necessário que o agricultor esteja com terras regularizadas, com títulos da propriedade, cadastros ambientais em dia e diversas outras documentações de emissão exclusiva do INCRA e isso hoje é a maior dificuldade dos posseiros de projetos de assentamentos no município.

Para que Lábrea se torne um modelo na agricultura do Amazonas é necessário a interação efetiva de órgãos das três esferas, montando um planejamento estratégico de aplicação das políticas públicas de incentivo a produção rural. A governança colaborativa facilita a troca de conhecimentos e práticas entre os atores envolvidos, promovendo uma agricultura mais sustentável. Quando instituições de assistência técnica e agricultores trabalham juntos, eles podem desenvolver soluções inovadoras para os desafios agrários, garantindo que a produção não prejudique o meio ambiente. Essa gestão sustentável tem o potencial de aumentar a produtividade e a resiliência das comunidades diante de mudanças climáticas, fatores econômicos e sociais.

Com isso cabe ao poder executivo municipal, interceder juntamente com o poder legislativo e as instituições responsáveis pela promoção da reforma agrária, auxílio em extensão rural e instituições financeiras para instalar o planejamento e garantir a execução das políticas públicas de maneira eficaz, beneficiando o pequeno produtor, oferecendo oportunidade de expansão de negócio, fortalecendo o empreendedorismo e práticas sustentáveis, no intuito de promover a governança Colaborativa em Rede.

837

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar se revela como um pilar essencial para o desenvolvimento social e econômico, especialmente em regiões mais afastadas como Lábrea, no Amazonas. Este artigo propõe uma reflexão sobre a governança colaborativa em rede como um caminho viável e necessário para implementar políticas públicas eficazes que atendam às necessidades dos agricultores familiares.

A governança colaborativa em rede pode vir a ser um fator importante para o sucesso das políticas públicas destinadas à agricultura familiar em Lábrea-AM. A análise das interações entre o poder público, instituições de assistência técnica e agricultores familiares destaca a necessidade de um modelo que promova a cooperação e a inclusão de todos os atores

envolvidos. As teorias discutidas, como a governança colaborativa e a nova gestão pública seguindo o processo de inovação proposto por Sørensen & Torfing enfatizam a importância da colaboração mútua e da construção de redes de apoio que superem barreiras institucionais e maximizem a participação dos agricultores. A gestão pública em rede pode criar um ambiente propício para a resolução conjunta de problemas que afetam a sustentabilidade da agricultura familiar. Se implementadas corretamente, as práticas de governança colaborativa podem levar a resultados significativos, incluindo:

- Aumento da participação dos agricultores na tomada de decisões;
- Sustentabilidade da produção agrícola;
- Desenvolvimento local sustentável;
- Eficiência na gestão pública;

Um dos pontos centrais na pesquisa é a importância da participação ativa dos agricultores familiares na formulação e implementação de políticas. Quando eles são convidados a contribuir, não apenas se sentem mais valorizados, mas também suas realidades e desafios são mais bem compreendidos. Isso resulta em decisões que refletem a verdadeira diversidade das vozes e experiências do campo, promovendo um sistema mais justo e equilibrado. O envolvimento ativo destes agricultores pode impulsionar não apenas a produção, mas também o fortalecimento da comunidade local e sua identidade.

838

Nesse sentido, com o modelo proposto no artigo, Lábrea pode avançar de forma mais eficaz na agricultura familiar com a adoção da governança colaborativa, que por sua vez é de suma importância para que valorize a participação ativa de todos os envolvidos, criando uma estrutura robusta para enfrentar os desafios locais de forma integrada e sustentável. A implementação correta dessas teorias pode representar um avanço significativo na promoção do desenvolvimento rural e da sustentabilidade local.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marina Marconi de; Lakatos, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8^a ed. Atualização: João Bosco Medeiros. 2017. Disponível em:https://edsciplinas.usp.br/pluginfile.php/7237618/mod_resource/content/1/Marina%20Marconi%20%20Eva%20C%20Eva%20Lakatos_fundamentos%20de%20metodologia%20científica.pdf. Acesso em: 11 fev 2025.

CROSBY, Barbara & Hart, Paul & Torfing, Jacob. (2016). Public value creation through collaborative innovation. *Public Management Review*. 19. 1-15. 10.1080/14719037.2016.1192165.

FUNDAÇÃO dom cabral: Humberto Falcão Martins Ettore de Carvalho Orio: Guia de Governança Colaborativa. (n.d.)

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4º ed. 2002. Editora Atlas, São Paulo. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/0/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 11 fev 2025.

IDAM: (28 de jul de 2020) Disponível em: No Amazonas, 97% dos produtores estão na categoria de agricultores - IDAM

INNERARTY, D. (2021). Uma teoria da Democracia Complexa. Lisboa: Porto Editora.

JUNIOR, Paulo Cezar Neves. Judiciário 5.0: inovação, governança, usucentrismo, sustentabilidade e segurança jurídica. Editora Blucher, 2020. [Ebook].

LAHAT, L., & Sher-Hadar, N. (2019). A threefold perspective: conditions for collaborative governance. *Journal of Management and Governance*, 24(1), 117–134. <https://doi.org/10.1007/s10997-019-09465-1>

MASTRODI, Josué, Ifanger, Fernanda Carolina de Araujo. sobre o conceito de políticas públicas. *Revista de Direito Brasileira*, Florianópolis, Brasil, v. 24, n. 9, p. 03–16, 2019. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2019.v24i9.5702. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/5702>. Acesso em: 7 fev. 2025.

MINAYO, m. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001. 839

NETO, L. M., Salm, V. M., & Burigo, V. (2014). A Coprodução dos Serviços Públicos: modelos e modos de gestão. *Revista de Ciências Da Administração*, 164–178. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2014v16n39p164>

Oecd (2018). Agricultura Familiar: Um Desafio para a Política Agrícola.

PEREIRA, M. (2014). Governança territorial multinível: fratura(s) entre teoria e prática(s). DRD-Desenvolvimento Regional em Debate, 4(2), 4–20.

RODRIGUES, M. (2009). Modelos de gestão pública: tipologias de governação. *Interface Administração Pública*.

SØRENSEN, E., & Torfing, J. (2015). Enhancing public innovation through collaboration, leadership and new public governance. In *New frontiers in social innovation research* (pp. 145–169). Palgrave Macmillan, London. https://doi.org/10.1057/9781137506801_8

SQUIO, C. R., & Hoffmann, M. G. (2021). Co-production and Innovation in Public Services' Assessment: The Case of the Citizen Audit Project. *Revista de Administração da UFSM*, 14(4), 864–887. <https://doi.org/10.5902/1983465963947>



TORFING, J., Sørensen, E., & Røiseland, A. (2019). Transforming the public sector into an arena for co-creation: Barriers, drivers, benefits, and ways forward. *Administration & Society*, 51(5), 795–825. <https://doi.org/10.1177/0095399716680057>

WEBER, E., & Khademian, A. (2008). Wicked Problems, Knowledge Challenges, and Collaborative Capacity Builders in Network Settings. *Public Administration*.